



Alfândega de Manaus(AM). Projeto luminotécnico de Fabiano Xavier e Alain Maitre / Ateliê Lumière.



Igreja Nossa Senhora do Pilar, em Duque de Caxias (RJ). Projeto luminotécnico de Ana Moraes / Ana Moraes Projetos.



À esquerda Igreja de S. Francisco e, à direita, Igreja do Carmo, na Praça Minas Gerais, em Mariana (MG). Projeto luminotécnico do Ceilux.

# Arquitetura tombada

## Iluminar para preservar e enaltecer

Por Claudia Sá

**“TINHA UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO”... E ESTA PEDRA** tem nome, chama-se Iphan. O trecho tão conhecido (e gasto) do poema de Drummond, coincidentemente, um dos fundadores do órgão, em 1937, define bem como ele é visto por grande parte dos lighting designers que postulam aprovação de projetos de iluminação de monumentos históricos.

Um elogio, ou uma crítica, já que a função do Iphan é proteger os bens históricos e culturais do País? A grande maioria encara como crítica. E a principal questão, tida como empecilho para os lighting designers, seriam as muitas restrições impostas pela autarquia, que cercearia a criatividade dos artistas da luz.

No entanto, há quem discorde. Para o arquiteto e lighting designer Fabiano Xavier, responsável pela iluminação de importantes monumentos em todo o Brasil, “o trabalho criativo [do lighting designer] reside justamente em resolver as questões sem modificar fisicamente ou visualmente a arquitetura original, intervindo o mínimo possível e sempre de maneira reversível”, opina.

Para a arquiteta e lighting designer Claudia Torres, a iluminação de monumentos históricos não deve ser apenas

atrativa, mas deve estar, por princípio, comprometida com a arquitetura e sua importância para a memória da comunidade.

Claudia afirma que as limitações devem ser os norteadores do projeto, e que elas não impedem o lighting designer de trabalhar de forma criativa. “A iluminação artificial nada mais é que um momento de luz, e mesmo respeitando aspectos da forma, materiais, cores e proporções da edificação, certamente a proposta de cada profissional será única”, declara.

Na opinião da arquiteta e lighting designer Ana Moraes, a fiscalização é benéfica tanto para o contratante, quanto para o projetista e o executor. Segundo ela, a escassez de recursos e a urgência em entregar as obras motivam a execução de projetos inadequados para bens históricos. “Vejo o Iphan como um mecanismo de defesa do patrimônio contra o imediatismo e a falta de cuidado, que podem danificar uma obra”, disse.

### Iluminar sem interferir na obra

Para Fabiano, o segredo para se desenvolver um projeto de iluminação sem interferir nas características originais do edifício é compreendê-lo em seus detalhes e contexto. Assim, é possível aproveitar as melhores condições para o desenvolvimento da solução do sistema de iluminação.

Segundo ele, também é importante: “Não insistir em soluções que vão contra a natureza da arquitetura que se ilumina, nem em tipologias de equipamentos inadequados em escala e desempenho fotométricos, muito menos no último artefato high-tech disponível, caso não seja pertinente, e ter a dimensão da efemeridade relativa do sistema face à perenidade do bem”.

Para Claudia Torres, a interferência é inevitável. “Não é possível iluminar sem tomar algumas decisões, que são: o que iluminar, de que maneira fazer e o que deixar sem luz. E essas decisões alteram a forma de percepção do espaço e do objeto arquitetônico”, diz.

“A luz natural mostra o edifício de uma maneira. A iluminação artificial oferece possibilidades diversas e não cabe querer imitar os efeitos da luz solar, mas manter o edifício reconhecível à noite, com uma leitura em que planos e volumes são valorizados de maneira diversa. E isso é uma interferência ou intervenção de uma obra noutra” completa.

No entanto, a lighting designer reforça que esta interferência não deve modificar os aspectos essenciais da estrutura arquitetônica, em forma, escala, proporções, materiais, cores e conteúdo expressivo.



Palácio da Alvorada, em Brasília. Projeto luminotécnico de Peter Gasper / Peter Gasper Associados.



Igreja da Pampulha, em Belo Horizonte (MG). Projeto de iluminação de Mônica Lobo / LD Studio.



Estação da Luz, em São Paulo (SP). Projeto luminotécnico de Gilberto Franco e Carlos Fortes / Franco & Fortes Lighting Design.



Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos, em Cabo Frio (RJ). Projeto luminotécnico de Fabiano Xavier e Alain Maitre / Ateliê Lumière.



Edifício Santander Cultural, em Porto Alegre (RS). Projeto luminotécnico de Günter Parschalk / Studio lx.



Igreja de Santa Rita, em Paraty (RJ). Projeto de iluminação de Fabiano Xavier e Alain Maitre / Ateliê Lumière.

## Falta conhecimento histórico e técnico

Para o superintendente do Iphan (regional Minas Gerais), Leonardo Barreto, que em setembro esteve em São Paulo, para ministrar uma palestra sobre o tema, a “peneira” realizada com os projetos é necessária para que haja o tratamento adequado dos monumentos. Segundo ele, cerca de 50% dos projetos que chegam a suas mãos são reprovados. E o motivo seria a ausência de embasamento técnico e histórico dos profissionais, em relação à iluminação de monumentos protegidos.

Leonardo, que está há 22 anos no Iphan, diz que alguns projetos avaliados por ele, se fossem aprovados, descaracterizariam completamente a obra. “Já vi propostas que transformariam uma igreja católica colonial em uma mesquita. Uma igreja colonial possui grandes panos brancos, tem uma torre, é muito delineada... Se iluminamos apenas a cúpula e acentuamos demasiadamente a verticalidade, o edifício pode ser confundido com uma mesquita”, exemplifica.

Sobre o suposto excesso de critérios do Iphan, declara: “Há muito espaço para a criatividade, mas ela precisa ser dosada por regras, que são até relativamente flexíveis. Seguimos normas baseadas em cartas elaboradas nos encontros internacionais pelos órgãos de preservação de diversos países, em particular, pelo Icom (Conselho Internacional de Museus), que é um órgão da Unesco”.

Segundo explica, além dos conceitos arquitetônicos e artísticos da obra a ser iluminada, o que deve nortear os projetos são os Planos Setoriais ou Planos Diretores de Iluminação Urbana. Na falta destas diretrizes, os projetos devem seguir as características da iluminação do entorno.

## Relação comercial

Para Leonardo, é notória a evolução da iluminação artística no Brasil, mas reclama que ainda existem profissionais que têm seus projetos comprometidos com fabricantes dos produtos especificados, o que lhe causaria desconfiança na hora de aprovar os projetos. “Infelizmente ainda há muitos projetistas vinculados a empresas de venda de equipamentos. O que é muito ruim, porque estamos sempre em xeque, pensando se aquele número de peças é realmente necessário ou se há excesso, em função da venda”.

## Poucos profissionais para muitos projetos

Há um consenso entre o superintendente do Iphan e os lighting designers de que o órgão está deficiente de corpo técnico qualificado para análise dos projetos de iluminação.



# Anuncie

**Lume Arquitetura.**

**Os melhores clientes são os que têm acesso à melhor informação.**

*Um profissional bem informado reconhece o que é tradição, sem ter medo do novo. Conhecimento é poder. Por isso, Lume Arquitetura é lida pelos melhores profissionais do mercado. São arquitetos, lighting designers, engenheiros, pessoas interessadas em conhecer o produto ou serviço que você tem a oferecer. Anuncie em Lume Arquitetura e ganhe visibilidade na melhor revista do segmento de iluminação.*



**Publicidade Lume Arquitetura**

(11) 3801 3497

publicidade@lumearquitectura.com.br

ou no nosso site: [www.lumearquitectura.com.br](http://www.lumearquitectura.com.br)

**L U M E**  
ARQUITETURA

A melhor informação sobre iluminação



Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo (SP). Projeto luminotécnico de Neide Senzi / Senzi Luminotécnica.



Teatro Municipal da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Projeto luminotécnico de Fabiano Xavier e Alain Maitre / Ateliê Lumière.

Segundo Leonardo, tanto o Iphan, quanto os órgãos de preservação dos Estados e municípios, necessitam de mais técnicos especializados nesta disciplina.

Para ele, esta falta de profissionais tem explicação histórica. Conforme conta, houve um “desmantelamento” no Iphan no governo Collor. Como muitos vão lembrar, a principal bandeira do então presidente da República era acabar com os supostos marajás no serviço público, e em nome disso, reduziu em 50% o quadro de servidores do órgão. Dos cerca de 2200 servidores, restaram entre 1100 e 1200.

O Iphan, que inicialmente era vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, hoje é dirigido pelo Ministério da Cultura. A iniciativa de criar o órgão, em 1936, surgiu do ministro Gustavo Capanema, que solicitou a Mário de Andrade um anteprojeto de Lei para salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Em 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade, com a colaboração de outros brasileiros ilustres, como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade, inauguraria a instituição. Ao Iphan, cabe identificar, documentar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro. E, como um dos organismos mais significativos do hemisfério Sul, pleiteia, este ano, um assento permanente na Unesco.

### Eficiência energética

No âmbito da iluminação pública e de monumentos, eficiência energética é mais que uma tendência. É uma questão que vem atender a uma necessidade extrema, e que veio para ficar e se desenvolver em todo o mundo. No Brasil, por ainda estar dando seus primeiros passos, é um campo de conhecimento ainda pouco explorado, principalmente, se levado em conta o empenho do governo em ampliar e melhorar o parque de iluminação do País.

A Eletrobrás e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), sua subsidiária de geração e transmissão de energia elétrica instalada no Nordeste, por meio do

#### O que devem conter os projetos, segundo o Iphan:

- ▶ Memorial descritivo, com objetivo e critérios da proposta e das instalações elétricas;
- ▶ Apresentações de cálculos e simulações reais;
- ▶ Fornecimento de plantas luminotécnicas e elétricas, feitas por profissionais habilitados;
- ▶ Caderno de especificações, com tipos e quantidade de materiais a serem utilizados.

#### Principais itens avaliados pelo Iphan:

- ▶ Nível do iluminamento do entorno;
- ▶ Condições estruturais e elétricas da edificação que receberá iluminação externa;
- ▶ Adequação da iluminação proposta às características arquitetônicas e

artísticas da edificação e, caso exista, ao Plano Diretor de Iluminação da cidade;

- ▶ Reprodução de cor na visualização da edificação;
- ▶ Interferência da iluminação pública na iluminação do monumento;
- ▶ Comprometimento estético diurno gerado pelos equipamentos;
- ▶ Reversibilidade e nível de dano físico provocado pela instalação na edificação e em seu entorno;
- ▶ Durabilidade da instalação;
- ▶ Risco de danos por vandalismo;
- ▶ Possibilidade e depreciação da quantidade de luz em função do envelhecimento dos equipamentos;
- ▶ Tamanho e discricção dos equipamentos, que devem ser pequenos, com design “limpo”, que revele sua contemporaneidade;
- ▶ Filtragem de UV, mesmo nas fachadas.



# Assine

## Lume Arquitetura. Para ficar entre os melhores, só tendo acesso à melhor informação.



A qualidade da informação de Lume Arquitetura é o que a destaca como a melhor revista brasileira para profissionais de iluminação. Textos agradáveis, de fácil compreensão, ilustrados com belas fotos e imagens, abordam assuntos técnicos e estéticos, elementos fundamentais para o bom resultado de um projeto luminotécnico. Assine Lume Arquitetura. Você vai ficar sempre muito bem informado.

Central Lume de Assinaturas

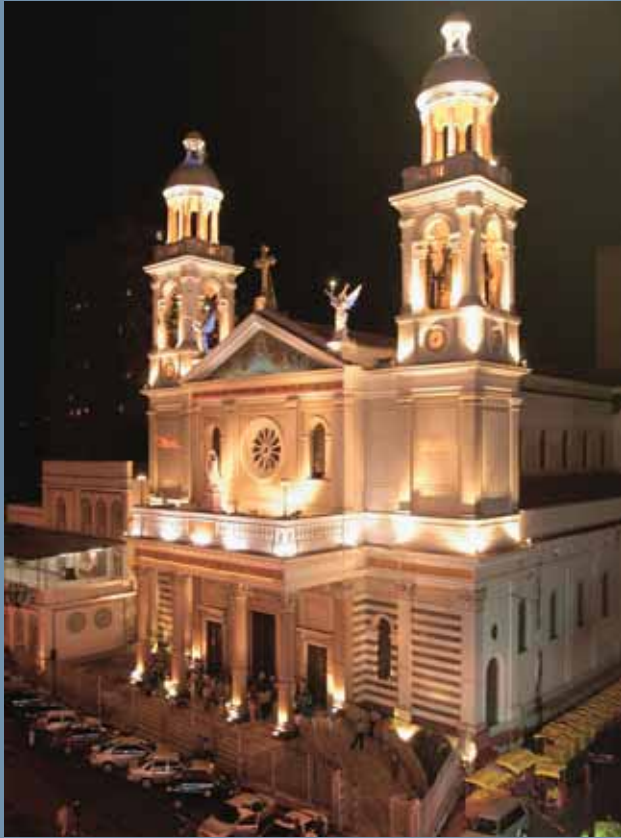
(11) 3801 3497

assinaturas@lumearquitectura.com.br

ou no nosso site: [www.lumearquitectura.com.br](http://www.lumearquitectura.com.br)

L U M E  
ARQUITETURA

A melhor informação sobre iluminação



Basílica de Nazaré, em Belém (PA). Projeto de iluminação de Lúcia Chedieck.



Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro (RJ). Projeto luminotécnico de Fabiano Xavier e Alain Maitre / Ateliê Lumière.

programa ReLuz, têm incentivado o desenvolvimento de projetos luminotécnicos que valorizem e promovam a eficiência energética na iluminação pública. Um filão ainda pouco percebido pelos lighting designers.

O ReLuz, que é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com o suporte técnico, financeiro e administrativo da Eletrobrás, em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prevê o investimento de R\$ 2,6 bilhões na melhoria de 5 milhões de pontos de iluminação pública e criação de mais 1 milhão até 2010. O que significa a iluminação de áreas públicas e esportivas, praças, orlas marítimas e obras e monumentos de valor histórico, artístico, cultural e ambiental em todo o Brasil.

Conforme explica o engenheiro eletricista da Divisão de Eficiência Energética e Desenvolvimento Tecnológico da Chesf, Eduardo Boudoux Jatobá, apesar do esforço da Eletrobrás e Chesf em difundir esta demanda e incentivar apresentações de propostas, são poucos os projetos que atendem aos critérios das instituições.

“Os projetos que habitualmente recebemos apresentam deficiências, e por diversas vezes precisam ser submetidos em novas versões, até atenderem aos requisitos mínimos para aprovação”, afirma Jatobá. O problema, segundo ele, é a falta de consulta do Manual de Instruções do ReLuz (disponível no site [www.eletrobras.com/elb/procel/main.asp](http://www.eletrobras.com/elb/procel/main.asp), em Áreas de Atuação, Iluminação Pública e, por fim, Publicações).

Jatobá recomenda que os projetos luminotécnicos sejam desenvolvidos pelos lighting designers, com a participação de outros especialistas, que irão tornar o projeto viável sob todos os aspectos. O que anteriormente era executado por poucas categorias profissionais, segundo ele, hoje requer o envolvimento de muitos.

Entre os profissionais que podem contribuir com desenvolvimento de projetos, cita: advogados, economistas, cenógrafos, administradores, historiadores, especialistas em tráfego viário e em automação, de acordo com as características e exigências de cada obra. “Somente suportados por profissionais habilitados a compreender as necessidades de cada localidade, poderão ser viabilizados projetos de iluminação capazes de vencer o desafio de conciliar eficiência energética, qualidade de vida e o desenvolvimento das cidades”, afirma.

“Na revitalização de parques de iluminação, ou na concepção de novos, a correta leitura dos elementos, de forma que revele o patrimônio urbano, constitui um importante elemento para o aumento da auto-estima dos cidadãos. Incentivar a dinâmica socioeconômica envolvida no uso noturno do espaço urbano é tarefa para os profissionais de iluminação”, finaliza. ◀